

PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE NO BRASIL: UMA REVISÃO NARRATIVA

Mariana Carla Oliveira Lucena (1); Saulo Freitas Pereira (1); Danilo de Almeida Vasconcelos (3)

Universidade Estadual da Paraíba, marianalucena95@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A incorporação das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) é incentivada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), uma vez que essas práticas consideram a importância da relação entre curador e paciente, que são meios terapêuticos simples e de baixo custo que apresentam igual ou maior eficácia no tratamento e controle de patologias. No Brasil, em 1980 iniciaram-se as discussões acerca da temática. Em 2006, por meio da portaria GM/MS nº849/20, houve a implantação da Política Nacional de PIC (PNPIC), que incentiva a promoção das PIC na Atenção Primária à Saúde (APS) e visa sua utilização no Sistema único de Saúde (SUS), ofertando cinco práticas alternativas/complementares. Em 2017, por meio da portaria nº849/20, o Ministério da Saúde ampliou em mais catorze práticas às PIC. De acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), de julho de 2016, 7,7% dos estabelecimentos de saúde ofertam pelo menos uma prática e essa oferta está distribuída em 18,2% dos municípios brasileiros. 78% dessa distribuição acontece na atenção básica.

A Atenção Primária em Saúde (APS), com a criação do SUS, tornou-se a base de ordem deste sistema, o atendimento inicial, por ser uma forma de assistência que utiliza tecnologias de baixa complexidade no desenvolvimento de suas atividades de promoção e prevenção à saúde. Seu objetivo inclui orientar sobre prevenção de patologias, solucionar os agravos e direcionar as situações patológicas mais graves para atendimentos de maior complexidade. A atenção básica, portanto organiza o fluxo de serviços prestados pelas redes de saúde, desde os mais simples até os mais complexos, fazendo a promoção de saúde. A promoção em saúde é um modo de operar que articula gestão e tecnologia para realizar ações integradas e multidisciplinares conducentes à saúde.

No Brasil, existe uma variedade de programas governamentais voltados à atenção básica e promoção de saúde, como a Estratégia de Saúde da Família, Equipes de Consultórios de Rua, Programa Melhor em Casa, Programa Brasil Sorridente, Programa de Agentes Comunitários de Saúde, etc.

Esse trabalho se justifica pela sua viabilidade, baixo custo e, sobretudo, a relevância da temática. Que Práticas Integrativas e Complementares estão voltadas à Atenção Primária em Saúde atualmente no Brasil? Para responder tal questionamento, o objetivo desse estudo é, portanto, fazer uma revisão bibliográfica para analisar a oferta de atividades em Práticas Integrativas e Complementares que estão sendo realizadas atualmente no Brasil, bem como averiguar a divulgação das atividades, a formação dos profissionais competentes e o incentivo das gestões à implantação e à multi e interdisciplinaridade dessas práticas voltadas a Atenção Primária em Saúde.

2. METODOLOGIA

O presente estudo se trata de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa. Foi utilizado o banco de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) com os seguintes descritores: “Atenção primária em saúde” e “Práticas integrativas”. Utilizou-se também o conectivo “e” entre os descritores. A seleção dos artigos passou por 3 etapas: 1ª etapa: leitura dos títulos. 2ª etapa: leitura dos resumos. 3ª etapa: leitura dos artigos na íntegra. A pesquisa foi filtrada para atender aos critérios de inclusão. Para o artigo estar incluso na pesquisa foi necessário estar disponível na íntegra, estar escrito na língua portuguesa e ter sido publicado entre o período de 2010 a 2017.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

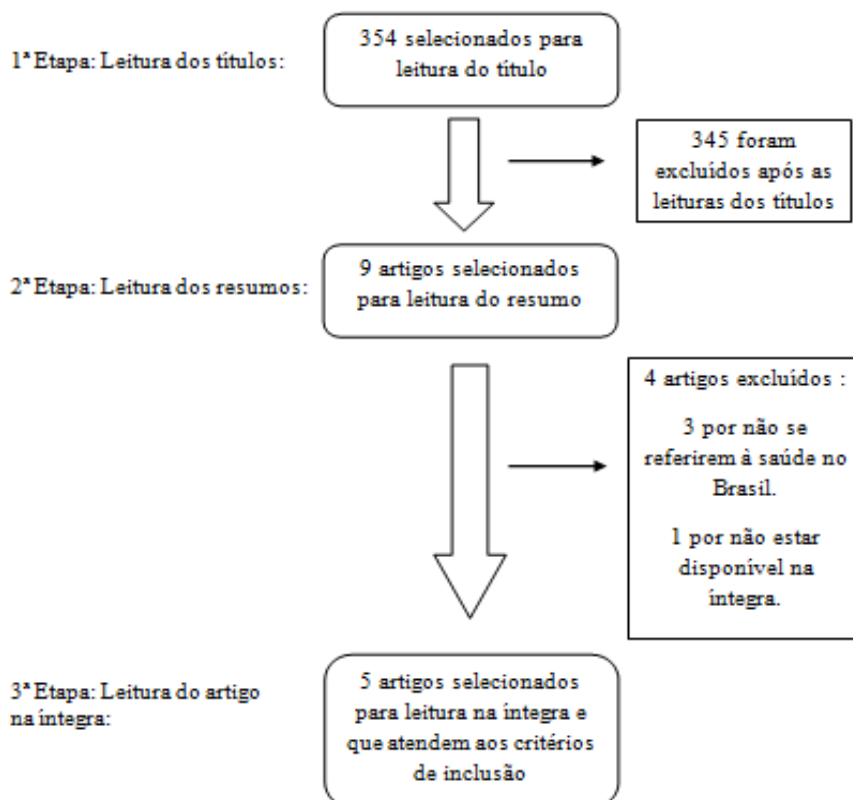


Figura 1: Processo de seleção dos artigos publicados sobre práticas integrativas e complementares na atenção básica à saúde.

Um estudo do tipo pesquisa-ação fez uma análise de experiência com grupos de Florianópolis (SC) no qual foram realizados seminários no intuito de aumentar o nível de conhecimento do grupo acerca das práticas integrativas e complementares na atenção primária em saúde. Foi constatado que o município optou por não incluir acupunturistas e homeopatas, mesmo havendo profissionais capacitados para exercer tais atividades (SANTOS, 2011).

Um levantamento bibliográfico realizado no município de São Paulo (SP) averiguou que a divulgação das atividades acontece por meio de panfletagem e é realizada pelos profissionais das equipes em PIC. As principais atividades realizadas no Ambulatório de Especialidades são: homeopatia, acupuntura, yoga, meditação, Tai Chi Chuan e Lian Gong. As duas primeiras atividades são feitas exclusivamente por médicos e as práticas corporais são “supervisionadas” por fisioterapeutas (ISCHKANIAN, 2011).

Uma revisão sistemática investigou quinze estudos acerca da realização das PIC no Brasil e no mundo. Apenas dois desses estudos mencionam a prática de acupuntura em Unidades Básicas de Saúde. Os profissionais mencionados nessa revisão destacaram a importância de estimular a formação profissional adequada em práticas integrativas e complementares (SCHVEITZE, 2012).

Um estudo transversal realizado com profissionais fisioterapeutas verificou que a acupuntura era ofertada a 20% dos pacientes. 55% dos fisioterapeutas afirmaram que, se incluídas as PIC, seria de fácil aceitação para os usuários e que é insatisfatório o apoio da gestão para implantação das práticas (SANTOS, 2017).

Um estudo descritivo e exploratório analisou a organização das PIC desenvolvidas em um Centro de Especialidades em um município da zona metropolitana de Belo Horizonte. Contatou-se que a equipe profissional era composta por 3 médicos, 1 terapeuta holístico e 1 terapeuta ocupacional. As atividades realizadas eram: acupuntura, homeopatia, oficina de memória, dança sênior e relaxamento. O acesso a essas práticas acontece pela procura espontânea ou encaminhamento de profissionais de saúde, exceto a acupuntura que deve ser exclusivamente recomendada por um médico. Esses profissionais destacaram ainda a importância das PIC na promoção de saúde (LIMA, 2013).

4. CONCLUSÕES

Através desse tipo de estudo bibliográfico foi possível concluir que os investimentos de gestão para implantação das práticas e o conhecimento dos gestores acerca da Política da Nacional de Práticas Integrativas e Complementares são muito limitados. Apesar do maior número de atendimentos realizados em PIC serem voltados à atenção básica, a difusão dessas práticas ainda é pouco significativa para a promoção de saúde e sua utilização em outros níveis de saúde é ainda mais diminuto. Observou-se, sobretudo, que é necessário investir na formação e capacitação de profissionais de saúde para que estes se tornem aptos a realizar essas práticas. Por último, notou-se que é de suma importância o incentivo à multidisciplinaridade e ainda mais à interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA. **PNPIC é ampliada**. Brasília, 2017.

FIOCRUZ. **Atenção básica**. Rio de Janeiro, 2017.

ISCHKANIAN, P. C. **Práticas Integrativas e Complementares para a promoção de saúde**. 2011. 126f-
Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

LIMA, K. M. S.V; SILVA, K. L; TESSER, C. D. Práticas integrativas e complementares e relação com promoção da saúde: experiência de um serviço municipal de saúde. **Comunicação Saúde Educação**, 2013.

SCHVEITZER, M. C.; ESPER, M. V.; SILVA, M. J. P. Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária em Saúde: em busca da humanização do cuidado. **O Mundo da Saúde**. 36(3):442-451, 2012.

SANTOS, M. C.; TESSER, C. D. Um método para a implantação e promoção de acesso às Práticas Integrativas e Complementares na Atenção Primária à Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2012.

SANTOS, V. R. dos S.; SANTOS, K. O. B. Fisioterapia e práticas integrativas e complementares nos núcleos de apoio à saúde da família. **Revista Pesquisa em Fisioterapia**. 7(2):207-214, 2017.